

10

ENSINO RELIGIOSO  
ESCOLAR E  
RELIGIOSIDADES  
INDÍGENAS

**David Mesquiati de Oliveira**  
Doutor em Teologia pela PUC-Rio

## RESUMO

Este ensaio reflete sobre a tímida abordagem da temática indígena nas salas de aula. Apesar da obrigatoriedade legal brasileira, a história e as culturas dos povos indígenas ainda é pouco difundida. O objetivo deste texto é incentivar os professores da disciplina Ensino Religioso a estudar e lecionar sobre as culturas e religiões indígenas a partir do entorno escolar.

**Palavras-chave:** Indígenas. Ensino Religioso. Sala de aula.

En este ensayo se reflexiona sobre el tímido acercamiento a las cuestiones indígenas en el aula. A pesar de la exigencia legal brasileña, la historia y las culturas indígenas son aún poco conocidos. El objetivo de este trabajo es animar a los profesores de la disciplina Educación Religiosa para estudiar y enseñar acerca de las culturas indígenas y de las religiones desde el entorno escolar.

**Palabras-claves:** Las religiones indígenas. Educación Religiosa. Clase.

## INTRODUÇÃO

O Ensino Religioso Escolar (ERE) ainda enfrenta vários desafios em pleno século XXI. A tese deste texto é que os avanços na legislação brasileira na temática da questão indígena – pese ser fruto de intenso debate em várias instâncias – ainda não se plasmaram na prática educativa. Avançou-se na legislação, mas não se logrou efetivar a implantação ou manifesta-se timidamente nas salas de aula. Este texto é apenas uma provocação, um convite à reflexão sobre o tema.

## INDÍGENA, NATIVO, ORIGINÁRIO, ABORÍGENA...

A palavra “índio” é resultante de um erro histórico, quando os colonizadores confundiram o “novo” continente com a região das Índias, na Ásia. Os primeiros encontros romantizados com os locais logo cederam ao preconceito, passando de “índios que pareciam da Índia”

para “índios selvagens”. Motivados por uma superioridade não justificável, os invasores passaram a usar o termo “índio” em tom pejorativo. Mesmo na academia, durante muito tempo falou-se em “índio” como se fosse uma categoria genérica, única, biológica, sem levar em conta a realidade cultural. É um “engavetamento” do outro, uma classificação arbitrária que invisibiliza as diferenças. Tal prática reducionista de classificação é ainda uma *tentação* nas análises acadêmicas apressadas.

Na verdade o que existe é uma variedade enorme de povos com histórias e culturas diferentes (PREZIA, 2003). Sem esse pressuposto, os recém-chegados agiram como se os nativos fossem “sem fé, sem lei, sem rei”. Assim imaginaram a sociedade local em termos daquilo que lhe faltava na ótica dos europeus – e quiseram a todo custo impor sua cultura e religião (CLAUDINO, 2008, p. 16-19). Como os recém-chegados professavam a religião cristã, impuseram sua cosmovisão e categorias próprias. É preciso ressaltar que não se trata de um efeito direto do cristianismo como tal, mas da perspectiva que se tinha (ou tem) da religião. Caso professassem outra religião, é muito provável que o mesmo comportamento se repetisse.

Optamos neste texto pelo termo “indígena”, que vem do latim e significa “o habitante primitivo de uma terra”, no sentido de “originário”, “nativo de um lugar”. Também usaremos como sinônimos as palavras *aborígenes*, *povos originários* ou *povos autóctones*. Mas nada impede usar o termo “índio” ressignificado. Aliás, o jesuíta zapoteca Eleazar López Hernández afirma que alguns líderes indígenas preferem ser chamados de índios (LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2000). Em protesto ao uso pejorativo eles teriam afirmado: “Se foi com esta alcunha que nos rebaixaram, com ela conquistaremos nossa liberdade e reconhecimento”. Por isso a teologia cristã que busca dialogar respeitosamente com as religiões indígenas

assumiu esse paradigma. Seus textos são conhecidos como “teologia índia”<sup>1</sup>.

Para esses povos nunca houve um “descobrimento”, pois eles já viviam há séculos nessa região e têm mais de 20 mil anos de história. Ignorar a história desses povos e/ou ignorá-los hoje é um erro grave. No entanto, é impossível dar conta de toda essa diversidade cultural em um único texto (ou mesmo em vários). Por isso vamos nos concentrar nas características religiosas que lhes são comuns ou encontradas em muitos povos, sem cair na visão preconceituosa e generalista do recente passado colonial.

Outro termo que não respeita a perspectiva do mundo indígena e que precisa ser ressignificado é a designação desse continente como “América”. O termo vem do navegador italiano Américo Vespucci, e homenageia a *conquista* da região, e em nada, é motivo de orgulho para os nativos que tiveram suas terras invadidas e sua religião anulada e demonizada pelo conquistador. É preferível usar o termo nativo “Abya Yala”, de origem *Kuna* (indígena da região do Panamá), que foi sugerida pelo líder *aymará* Takir Mamani, quem propunha que todos os indígenas o utilizassem em seus documentos e declarações orais (ESTERMANN, 2007, p. 126). *Abya Yala* significa “terra em plena maturidade” ou simplesmente “nossa Terra”, referindo-se a toda extensão do continente “americano”. É justamente na questão da terra, do espaço vital para viver, que os indígenas mais sofreram ao longo desses 500 anos.

## INDÍGENAS SEM ESPAÇO

---

<sup>1</sup> É o caso da extensa obra bibliográfica dos jesuítas Eleazar López, Xavier Albó, Manuel Marzal, entre outros.

Oscar Beozzo salienta que no Brasil a prática de forçar a retirada dos indígenas para áreas mais remotas ficou conhecida como “limpeza” da área (BEOZZO, 1992). Em nome do progresso, grandes áreas habitadas e que promoviam o sustento de várias etnias foram simplesmente e sistematicamente desempessadas.

No início da colonização precisava-se de terra e a estratégia foi deslocar seus ocupantes. Isso não ocorre pacificamente. Ao contrário, fez-se guerra aberta, normalmente com massacre. Essa “limpeza” da área gerava outro problema, pois era necessário mão-de-obra. Então, os que não foram exterminados eram reintroduzidos na terra. O trabalho a que eram submetidos era compulsório, escravo, e gerava revoltas. Em resposta veio a dura repressão. Beozzo cita alguns exemplos marcantes na história do Brasil: a) em Belém promoveram essa “limpeza” por volta de 1621 com o extermínio de cerca de 30 mil indígenas; b) em Vitória, cerca de 20 a 25 mil para liberar o espaço onde se criou a cidade de Vitória, atual capital do estado; c) o massacre no Rio de Janeiro; d) o massacre na Bahia, onde são destruídas dezenas de aldeias (BEOZZO, 1992, p. 12s.).

Pode-se pensar que este expediente foi utilizado somente no passado. No entanto, tais práticas tornaram-se processo “normal” e vem se repetindo até hoje. Como exemplos locais e recentes no Espírito Santo podemos citar as disputas dos indígenas Tupiniquim e Guarani com a então Aracruz Celulose (hoje Fibria) ou com a Cia Vale do Rio Doce, hoje Vale. Beozzo vaticina: “o índio sempre esteve submetido a este processo, para que se liberasse espaço para o ‘progresso’, seja da cana de açúcar, seja para instalar colônias de imigrantes, seja para o avanço do café”. E continua: “todos os procedimentos de deslocamentos de fronteiras através de frentes pioneiras, no Brasil, sempre se deram através da ‘limpeza’ da área” (BEOZZO, 1992, p. 14).

A pergunta é: como essa história chega às salas de aula? As demandas desses povos reverberam? No caso da cidade de Vitória, fundada a partir daquilo que veio a ser o segundo maior massacre de indígenas do país, como isso é tematizado? O nome “Vitória” é na perspectiva do invasor, daquele que ceifou milhares de vidas (quase 25 mil em uma única batalha). De acordo com dados oficiais, do Censo do IBGE de 2010, vivem atualmente no estado do Espírito Santo apenas 9.585 indígenas, sendo que 90% estão concentrados no norte do estado. Que espaço têm as religiões indígenas nas salas de aula? Vejamos um pouco mais sobre elas.

## RELIGIOSIDADE INDÍGENA

A religiosidade indígena tem sua forma própria de interpretar o sobrenatural. Não está apoiada em uma sistematização teológica ou em uma estrutura eclesial. Sua relação com o divino ou Grande Espírito é aberta e inclusiva. Sua forma de adoração “não é direcionada por nomes, estruturas ou proselitismo, mas pela aceitação do culto do outro, que procura sempre somar, nunca dividir” (FLORES, 2003, p. 12, 13). O índio terena Lucio Flores sugere que essa é a chave para se entender os povos indígenas.

Adorar é desfrutar plenamente a natureza. E isso acontece andando na mata, deitado na rede, assistindo um culto católico, protestante ou qualquer outro. É a forma como vivem, de sacralizar o mundo, que define sua espiritualidade e religiosidade: forma aberta de adoração é adorar na plenitude, independente do local ou de quem está ao lado.

Os povos indígenas são heterogêneos: são centenas de povos e línguas diferentes. Há uma grande diversidade no campo religioso: muitos rituais, calendários sagrados, locais e formas de culto, além de

muitos nomes para Deus. É de fato, uma religiosidade includente e “ecumênica”. Os indígenas ouvem o outro, cultuam com o outro, e aceitam o outro, seja esse outro índio, padre, pastor ou místico. Em suma, a vida do índio está impregnada de religiosidade (FLORES, 2003, p. 13).

Essa religiosidade favorece a interculturalidade. Da parte deles, o que se sugere é o que de alguma forma já praticam. Da parte do cristianismo e das demais religiões, muita coisa mudou em nível da reflexão, mas pouco em nível da prática nas comunidades. Ao que parece, as religiões globalizadas não têm dado mostras de que a interculturalidade é uma possibilidade em curto prazo. Sobretudo pelas consequências teológicas que acarreta, sem contar o enfraquecimento da instituição eclesial – talvez, não como organismo, mas enfraquecimento da organização e das lutas pelo poder.

Lucio Flores comenta: “a religiosidade indígena sempre esteve aberta ao diálogo com outras religiões; em alguns momentos se retraiu e até se calou, mas sempre existiu, resistiu e se fortaleceu, em plena clandestinidade”. E acrescenta:

a mídia vive mesmo é de dramas, catástrofes, epidemias, *bug* do milênio, entre outros; a ideia que se tem normalmente das aldeias é de um povo amedrontado, inseguro e em extinção. Não se busca aqui negar tudo isso, que de fato existe, mas não é só. Se em 1500 éramos cerca de 5 milhões de índios no Brasil, na década de 1950 éramos 170 mil e hoje 330 mil, houve um declínio e há uma reação; se há alguns anos atrás os pais evitavam ter filhos, temendo confrontos, expulsões, perseguições e grandes caminhadas para fugir dos colonizadores, a realidade hoje é outra. Uma nova consciência tem sido formada: primeiro a reação que vem da própria comunidade, que resistiu por tanto tempo, está viva e que é preciso assegurar o bem-estar às futuras gerações. Segundo, é preciso reconhecer que ao longo do tempo foram realizadas ações importantes, em nível oficial que possibilitaram certa tranquilidade em muitos territórios tradicionais dos povos indígenas (FLORES, 2003, p. 17 e 24).

## CARACTERÍSTICAS DAS RELIGIÕES INDÍGENAS

De acordo com Viveiros de Castro as principais características das religiões indígenas são (CASTRO, 1999, p. 17-24):

- a) anti-monopolistas, anti-ortodoxistas, caracterizadas por uma enorme margem de liberdade aos seus praticantes;
- b) vem de sociedades ágrafas: não são religiões escritas, de sociedades que possuem tradição escrita. Essa é uma das razões porque ali não há possibilidade do dogma. Não tem uma referência única (ortodoxia), nem heresia, nem proselitismo, nem especialistas (existem alguns grupos que tem teólogos e filósofos, mas estão dirigidos para o grupo, que não se distingue por quem seguem, ou seja, dificilmente há disputas doutrinárias);
- c) a falta do livro (norma) escritas, imutáveis, códigos de leis (não há instrumentos de normatização do comportamento religioso ou qualquer outro), não é apenas uma carência, mas “uma característica estrutural essencial das religiões indígenas”;
- d) dificuldade da língua (idioma) para exprimir questões complexas gerou equívocos de tradução. Não é possível dialogar sem conhecer o idioma do outro: “muito do que foi escrito sobre as religiões indígenas não vale rigorosamente nada, porque essas pessoas simplesmente não falavam a língua dos índios ou os índios falavam um português muito ruim, incapazes em muitos casos, de exprimirem na língua portuguesa toda a complexidade da sua vida religiosa, que só são capazes de exprimir na sua língua nativa”;
- e) a aproximação à religião indígena é essencialmente indireta;
- f) estreita relação com a natureza: o homem é parte da natureza e a natureza é parte do homem. “Nós nos opomos à natureza, enquanto as concepções cosmológicas e filosóficas indígenas tendem a ver natureza e sociedade como parte de um sistema social única”. Nós pensamos na natureza como relação “natural”



(leis da física). Eles pensam como relação social. É uma herança do judaísmo, que ensinou a dominar sobre a natureza. Na sociedade industrial o homem é tratado como objeto. Nas indígenas, os objetos como se fossem humanos;

- g) a religião de cada grupo tende a ser hegemônica, pois geralmente são pouco numerosos em relação a nossas sociedades e vivem isolados entre si. Para se criar teologias tão diferentes como o cristianismo e o hinduísmo são necessários milênios de distancia e historia própria;
- h) a divindade é politeísta (várias divindades), enoteístas (acreditam nas suas próprias divindades), pluralistas (reconhecem as divindades de outros grupos) e raras são as que tem a noção de uma entidade superior individual: não criadoras, são transformadoras ("a mitologia em geral começa com o universo informe e a divindade conforma o universo, distingue montes de planícies, humanos de animais, etc.");
- i) Acreditam em um mundo invisível composto de varias entidades espirituais, sem uma entidade hierarquicamente suprema ou responsável pela criação das demais. Maiormente as entidades são antropomorfas. Mesmo os espíritos dos animais são fisicamente humanos ("é como se a noção de espiritualização e a noção de humanização fossem sinônimas");
- j) Sobre o culto, pouca reificação do sagrado em objetos ou cultos, pouca objetivação do sagrado. "A imagem clássica da religião primitiva como uma religião fetichista, de objetos, pedras, animais, é muito mais típica da África e da Ásia, do que da América do Sul indígena". E continua: "O sagrado em geral é muito mais concebido numa relação de ordem mística, de experiência visual, experiência onírica, experiência do transe e, sobretudo, pela palavra".

É desalentador perceber que sabemos tão pouco sobre a riqueza cultural dos povos que habitam nosso país e continente. Pela via da ignorância operam outros problemas como preconceito, perpetuação das diferenças, etc. A educação tem papel protagônico na transformação dessa realidade.

## A TEMÁTICA INDÍGENA E O ENSINO RELIGIOSO

Ser índio depende da consciência da identidade indígena e de pertencimento a um grupo diferenciado dos demais segmentos populacionais brasileiros e do reconhecimento por parte dos membros do próprio grupo. O tema indígena no Brasil ampara-se no Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973), na Constituição Federal/1988, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT (Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais), adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989), e, mais recentemente, na lei 11645/08, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A referida lei foi uma alteração na Lei 9394/96 (LDB) que incluiu no currículo das escolas públicas e particulares de nível fundamental e médio, o ensino obrigatório de “história e cultura indígena brasileira”. Vejamos:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Para que essa iniciativa não fique apenas no cumprimento estrito da lei e mero desencargo de consciência, algumas ações devem ser implantadas. Na falta de reflexão sobre a temática as disciplinas restringem-se a fazer menção dos indígenas nas datas comemorativas, pinturas nos alunos, mostra de fotos e vídeos de aldeias e indígenas, instrumentos e utensílios etc. O Ensino Religioso não é expressamente citado na lei, mas tem papel importante no regaste e reflexão sobre a religião desses povos.

Uma das primeiras coisas a serem superadas é o modo de narrar o indígena tomando a si como referência e o outro como diferente. Essa postura é conhecida na antropologia como etnocentrismo. Promove relações subalternas e assimétricas. Desse comportamento surgem os preconceitos e estereótipos. É preciso trabalhar a temática indígena de uma maneira crítica para que os estudantes se aproximem dessas culturas e aceitem a possibilidade de convivência simultânea e harmônica com as diferenças. Não é uma questão de objeto de estudo. Pensar essa temática na escola na perspectiva da compreensão da cultura e da religiosidade do outro, auxiliando na construção de caminhos diversos para chegar a uma interpretação crítica da realidade (RIETH, 2008, p. 178-183).

Também se faz necessário repensar os currículos escolares e práticas pedagógicas diante da questão indígena. Maria Rieth afirma:

Não podemos falar da religiosidade indígena de uma maneira homogênea, pois cada povo possui seus ritos, mitos, cantos e expressões. Existem elementos e cosmovisões que se assemelham a seus mitos e ritos. Nesse sentido, é importante percebermos como a religiosidade indígena é abordada na disciplina do Ensino Religioso. Como a temática é trabalhada em sala de aula? Por exemplo, as histórias infantis são sagradas também para as pessoas indígenas adultas [...] Diante disso, faz-se necessário desenvolver uma atitude de respeito com os povos indígenas, percebendo sua diversidade cultural e religiosa e tendo o cuidado de não estereotipar sua realidade. A escola pode contribuir nesse sentido ajudando a perceber, considerar e trazer a religiosidade indígena no currículo, no material didático e nas suas ações pedagógicas (RIETH, 2008, p. 182-183).

É necessário investir em pesquisas sobre cada povo e sua respectiva religião. E que esse conteúdo tenha espaço nos currículos escolares. Outro desafio é investir em livros sobre o tema indígena. O acervo nas bibliotecas é defasado e insuficiente (SILVA, 2012, p. 39-49). Edson Silva faz uma lista com indicações de bibliografia pertinente que poderiam compor uma biblioteca mínima para atender as demandas na escola:

ALMEIDA, Maria R. C. de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

ATHIAS, Renato. (Org.). *Povos indígenas de Pernambuco: identidade, diversidade e conflito*. Recife, EDUFPE, 2007.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/Secad/Museu Nacional/UFRJ, 2006.

CUNHA, M. C. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERREIRA, Maria Kawall Leal. (Org.). *Ideias matemáticas de povos culturalmente distintos*. São Paulo: Global, 2002.

GRUNEWALD, Rodrigo de A. (Org.). *Toré: regime encantado do índio do Nordeste*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 2005.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi; SILVA, Aracy Lopes da. (Orgs.). *A temática indígena na escola*. São Paulo: Global, 2008.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/ISA. *Povos Indígenas no Brasil 2001/2005*. São Paulo: ISA, 2001.

LARAIÁ, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*, Petrópolis: Vozes, 1995.

MACEDO, Ana Vera L. S.; NUNES, Ângela; SILVA, Aracy Lopes da. *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. Rio de Janeiro, Global, 2002.

MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008.

MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra capa, 2004.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução*. São Paulo: Edusc, 2003.

SANTILLI, Marcio. *Os brasileiros e os índios*. São Paulo: Senac, 2001.

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawal Leal (Orgs.). *Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001.

SILVA, Edson. Expressões da cultura imaterial indígenas em Pernambuco. In, GUILLEN, Isabel C. M. (Org.). *Tradições & traduções: a cultura imaterial em Pernambuco*. Recife: EDUFPE, 2008, p. 215-230 (SILVA, 2012, p. 7-9).

Além de livros, há bons sítios na internet:

Índio Educa: <http://www.indioeduca.org>

<http://temaindigena.blogspot.com>

Índios on line: [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net)

Instituto Socioambiental: [www.isa.org.br](http://www.isa.org.br)

Conselho Indigenista Missionário/CIMI: [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)

Os índios na História do Brasil: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb> (SILVA, 2012, p. 10).

## CONCLUSÃO

As diferentes religiões indígenas devem ser respeitadas e valorizadas como as demais religiões no espaço público. Trata-se de religiões práticas, que fazem sentido para seu povo e cultura local. Estão voltadas para a experiência do sagrado em detrimento de uma fundamentação teórica em termos da moderna ciência. Apesar disso, pode-se dizer que a estrutura das diferentes religiões indígenas é sólida culturalmente e muito bem elaborada, com códigos próprios, permitindo o equilíbrio da pessoa em sua vida interior, psíquica e com o meio em que vive, isto é, uma proposta de que seria o bem-viver. Romper com o preconceito e com o etnocentrismo permitirá um mútuo aprendizado, além de propiciar uma convivência simultânea e harmônica entre diferentes religiões. Neste quesito o ERE tem papel fundamental. Que a temática indígena nas escolas supere a mera recreação com tintas na pele e enfeites de plumagem restritos a dias especiais e quando muito, a uma semana com painéis coloridos colados em murais.

## REFERÊNCIAS

- BEOZZO, José Oscar. *Brasil 500 anos de migrações: povos indígenas, escravos africanos e brasileiros, imigrantes europeus e asiáticos*. São Paulo: Paulinas, CEM, 1992.
- CLAUDINO, Zaqueu Kay. Tupe gosta de todos: justiça e paz na religião indígena. *Diálogo - Revista de Ensino Religioso*. a. 13, n. 52 (out-dez). São Paulo: Paulinas, 2008, p. 16-19.

- ESTERMANN, José. Equilibrio y cuidado: concepción indígena de una comunidad solidaria y diaconal. DE LA TORRE, M. e ZWETSCH, R. (Orgs.). *Diaconía y solidaridad desde los pueblos indígenas*. São Leopoldo: Sinodal; EST; CETELA, 2007.
- FLORES, Lucio Paiva. *Adoradores do Sol: reflexões sobre a religiosidade indígena*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- LÓPEZ HERNÁNDEZ, Eleazar. *Teología india*. Antología. Cochabamba: UCB; Guadalupe; Verbo Divino, 2000.
- PREZIA, Benedito. *Caminhando na luta e na esperança: 30 anos do Cimi e 60 anos da pastoral indigenista*. São Paulo: Loyola, 2003.
- RIETH, Maria Cristina. A temática indígena e o Ensino Religioso. KLEIN, Remí BRANDENBURG, L. E. e WACHS, M. C. (Orgs.). *Ensino religioso: diversidade e identidade*. V Simpósio de ensino religioso 2008. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2008, p. 178-183.

**David Mesquiati de Oliveira**  
Doutor em Teologia (PUC-Rio),  
Docente do PPGCR da UNIDA

### COMO CITAR ESTE ARTIGO

OLIVEIRA, David Mesquiati. "Ensino religioso escolar e religiosidades indígenas". *Unitas – Revista Eletrônica de Ciências das Religiões* [online]. Vitória-ES, vol. 2, jul.-dez., 2014, p. 126-139. Disponível em: <<http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/unitas>>.